

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS NACIONAIS**

Sarah Domingues da Rocha Nigri

JUVENTUDE E RELIGIÃO EM DEBATE:

**Um estudo sobre a participação dos jovens evangélicos na construção
das políticas públicas de juventude**

Vitória
2010

Sarah Domingues da Rocha Nigri

JUVENTUDE E RELIGIÃO EM DEBATE:

**Um estudo sobre a participação dos jovens evangélicos na construção
das políticas públicas de juventude**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Orientador: José Maurício Castro D. da Silva

Co-Orientadora: Áurea Cristina Mota

Vitória

2010



Universidade Federal de Minas Gerais
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
 Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
 Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
 31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
 TEL (31) 3499-5004

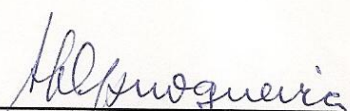
ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2010 (dois mil e dez), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada "***Juventude e Religião em Debate: um estudo sobre a participação dos jovens evangélicos na construção das políticas públicas de juventude***", elaborada por ***Sarah Domingues da Rocha Nigri***. A Comissão, composta por Alessandra Rios de Faria (UFMG) e Maria das Dores Pimentel Nogueira Gonçalves (UFMG), após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Brasília, 28 de abril de 2010.



 Alessandra Rios de Faria (UFMG)



 Maria das Dores Pimentel Nogueira Gonçalves (UFMG)

Dedico este trabalho aos meus maravilhosos pais, Délio e Rutimar, que sempre me amaram e me apoiaram em tudo, e aos meus queridos tios, Alessandro e Iorlâny, que não me deixaram desistir e me incentivaram a seguir em frente e completar mais essa jornada.

Meus agradecimentos,

A Deus, em primeiro lugar, sempre.

À minha família incrível e, especialmente, á minha avó a quem amo profundamente.

À Áurea, minha querida orientadora, sempre disponível, paciente e disposta a ajudar. Sem o seu apoio, eu não teria chegado até aqui.

Aos meus amigos mais chegados que irmãos, Anelise, Rubens, Arthur, Robison, Ricardo, Larissa, André e Ed Carlos que caminharam comigo a última milha.

Á Aliança Bíblica Universitária que me permitiu explorar caminhos, até então desconhecidos para mim, e me ajudou a descobrir o significado de “vida em ABUndância”.

SUMÁRIO

Introdução	6
 Capítulo I <i>Juventude em debate: representações sociais, identidade e religiosidades</i>	10
 Capítulo II <i>A emergência das políticas públicas de juventude na América Latina e no Brasil</i>	17
 Capítulo III <i>Relações e tensões existentes entre participação política juvenil e identificação religiosa</i>	25
 Capítulo IV <i>A Juventude Evangélica na I Conferência Nacional de Juventude e a participação da ABUB no Conselho Nacional de Juventude</i>	35
 Considerações Finais	43
 Bibliografia	45
 Anexo <i>Atividades desenvolvidas pela ABUB na área de políticas públicas de juventude</i>	47

INTRODUÇÃO

A religião, em seu contexto antropológico, é a aposta do homem, seu ato de fé nas possibilidades que podem ser realizadas através da ação, fora da massa de matérias-primas a seu alcance. [...] Para a ação ter lugar, é necessário crer na possibilidade do que ainda não nasceu.¹

Conforme destaca Rubem Alves, para que a ação tenha lugar, é preciso crer nas possibilidades de transformação e de criação daquilo que ainda não existe, isto é, enxergar o que ainda não se vê. E a fé pode ser apontada como um dos caminhos que permite a homens e mulheres, jovens e adultos, enxergarem e imaginarem uma realidade diferente, a despeito das dificuldades e incertezas presentes no cotidiano.

Este trabalho quer ser uma contribuição no sentido de pontuar algumas iniciativas de participação dos jovens evangélicos/protestantes² (e das “juventudes religiosas”³ em geral) nos processos de construção das políticas públicas de juventude no Brasil e pretende sublinhar a importância da “dimensão religiosa”⁴ na conformação das identidades, representações, valores, motivações e ações de uma parcela significativa dos jovens brasileiros.

Para emprendermos esta tarefa, utilizamos dados coletados de recentes pesquisas sobre juventude e políticas públicas e selecionamos obras de referência que nos possibilitaram aprofundar os conhecimentos sobre a diversidade juvenil e identificar as múltiplas identidades e bandeiras assumidas pelos jovens na contemporaneidade.

Dividimos este trabalho em quatro partes. Na primeira, apresentamos os principais conceitos que utilizamos nesta pesquisa – juventude, identidade, representações sociais e religião – e

¹ ALVES, Rubem. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulus, 1999, p.167

² Ao longo de todo este trabalho, utilizaremos como sinônimas as classificações “protestantes” e “evangélicos”.

³ Quando falamos em “juventudes religiosas”, queremos nos referir àqueles jovens que interpretam sua

² Ao longo de todo este trabalho, utilizaremos como sinônimas as classificações “protestantes” e “evangélicos”.

³ Quando falamos em “juventudes religiosas”, queremos nos referir àqueles jovens que interpretam sua participação política a partir das crenças que confessam, ou seja, que encontram na religião e na fé as motivações e justificativas para sua militância e seu engajamento em projetos e ações sociais.

⁴ Ao chamarmos a atenção para a “dimensão espiritual” ou “dimensão religiosa” presente na vida de muitos jovens brasileiros não queremos reforçar as classificações que colocam em oposição os termos “religioso e secular”, “sagrado e profano”, “espiritual e temporal”, etc., pois rechaçamos tais dicotomias. Acreditamos em uma concepção integral (e não fragmentária) do ser humano. Portanto, quando destacamos aqui a “dimensão religiosa” da vida dos jovens (separando-a das demais), o fazemos apenas com fins didáticos e com o intuito de dar maior visibilidade a elementos e representações (fundados na religião) que influem nas percepções, relações e ações dos jovens brasileiros.

explicitamos nossos referenciais teóricos, a fim de justificar por que localizamos nosso trabalho na área da Nova História Política.

Na seguinte seção, realizamos um breve resgate das discussões sobre políticas públicas de juventude na América Latina e no Brasil e apontamos, em linhas gerais, os maiores desafios e problemas enfrentados pelos jovens nos últimos anos. A caracterização deste quadro objetivou proporcionar uma melhor compreensão do contexto em que foram instituídos diversos órgãos específicos de juventude – tais como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) no Brasil – e destacar a importância que, a cada dia, vem sendo atribuída à temática da “juventude” e às políticas públicas formuladas por/para este segmento. Podemos observar que o reconhecimento da relevância destas questões se reflete na crescente mobilização das entidades, movimentos e organizações juvenis que lutam em favor da defesa dos direitos dos jovens. A importância da questão também se reflete no surgimento de novos espaços de participação e de canais de comunicação entre sociedade civil e Estado – através de conselhos, conferências, orçamentos participativos, etc. – dando oportunidades para que grupos, antes marginalizados (ex. negros, homossexuais, mulheres, idosos, jovens, etc.), pudessem expressar seus interesses e apresentar suas demandas, contribuindo para o fortalecimento da democracia e para o surgimento de novos arranjos participativos. Partindo deste contexto, abordamos, na terceira seção deste trabalho, o debate acerca das relações e tensões existentes entre participação política juvenil e identificação religiosa.

De acordo com Alexandre Brasil Fonseca e Elen Linth Dantas, diversos estudos têm apontado para a significativa e ativa presença dos jovens em organizações religiosas. “*Esta participação deve ser entendida no contexto de construção de identidades juvenis, representando as religiões um importante espaço de agregação social*”.⁵ Sendo assim, buscamos selecionar, entre as pesquisas mais recentes, dados e informações relativos à “religião” e filiação religiosa dos jovens brasileiros, procurando, sempre, destacar a necessidade de inclusão das juventudes religiosas nos escopos das discussões sobre participação juvenil e enfatizar o importante papel que desempenham na história brasileira. De acordo com Regina Novaes:

⁵ FONSECA, Alexandre B. DANTAS, Elen L. Participação dos jovens cristãos na construção das políticas públicas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007**. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friederich Ebert; Ação Educativa, 2007, p. 39

É nesse cenário que se coloca o desafio de compreender o “quanto”, “como” e “quando” o pertencimento, as crenças e as identidades religiosas influenciam opiniões, percepções e práticas sociais dos jovens dessa geração. Trata-se de encontrar instrumentos de análise e caminhos de reflexão para compreender melhor os efeitos das escolhas, pertencimentos e identidades religiosas em diversas áreas da vida social.⁶

Para melhor compreendermos estes pertencimentos e a influência da religião sobre as ações das juventudes⁷, abordamos, no quarto capítulo, as experiências de participação dos jovens evangélicos na I Conferência Nacional de Juventude (CNJ), realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, e apresentamos um relato sucinto da trajetória e do envolvimento da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB) no Conselho Nacional de Juventude, destacando suas principais iniciativas de participação nas discussões sobre políticas públicas de juventude.

Com o intuito de melhor embasar nossas análises, utilizamos a mais recente pesquisa publicada sobre a Primeira Conferência Nacional de Juventude e coordenada pelas pesquisadoras Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay: **“Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude”**⁸. Após aplicarem 1.854 questionários e realizarem 30 grupos focais com os participantes da conferência, as pesquisadoras traçaram um perfil sócio-demográfico e político-institucional desses jovens, identificando suas bandeiras, seus anseios, motivações e percepções sobre diversos temas. Em função dos limites e objetivos deste trabalho, destacamos aqui apenas as falas dos jovens evangélicos que participaram dos grupos focais (ou de jovens de outros grupos que fizeram referência aos jovens protestantes) e as informações dos questionários relativas aos pertencimentos e identificações fundados na “religião”.

Podemos, portanto, apontar como metodologias deste trabalho a leitura e análise das obras selecionadas e, nos casos em que foram estudados os discursos sobre o “jovem” ou as falas

⁶ NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.265

⁷ Quando, neste trabalho, utilizamos o termo “juventudes”, buscamos enfatizar e destacar a diversidade existente entre os jovens brasileiros.

⁸ ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: RITLA, 2009.

dos próprios jovens, a utilização dos elementos de uma das mais importantes correntes da análise do discurso: a análise crítica do discurso (ACD).

Aqueles que adotam uma perspectiva crítica têm a intenção de deixar bem claro o papel-chave desempenhado pelo discurso nos processos através dos quais são exercidas a exclusão e a dominação, assim também como a resistência que os sujeitos oferecem contra ambas.⁹

Para a ACD, o discurso é, sobretudo, uma prática social. Estruturado e estruturante, não só está determinado pelas instituições e estruturas sociais, como é parte constitutiva delas. Os textos produzidos pelos atores sociais são, portanto, partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais. Concordamos com o professor Milton José Pinto quando este afirma que:

[...] Os discursos têm assim papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar dar a 'última palavra', isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso.¹⁰

Ao lançarmos mão da análise crítica do discurso, pretendemos explorar o poder gerador dos discursos e representações sociais que não apenas designam os objetos a que se referem ou descrevem fatos e situações, mas participam da constituição desses objetos e da realidade dos fatos. Estas premissas acerca da importância dos discursos e representações ficarão mais claras ao longo do trabalho e serão discutidas mais detidamente no primeiro capítulo.

⁹ IÑIGUEZ, Lupicínio. Prática da análise do discurso. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. (coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004, p.118

¹⁰ PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002, p.28

PRIMEIRO CAPÍTULO

Juventude em debate: representações sociais, identidade e religiosidades

Conceituar “juventude” não é uma tarefa simples. Como categoria social e historicamente construída, ela abarca muitos significados e dimensões que não podem ser resumidos em apenas uma simples definição. De acordo com a pesquisadora Regina Novaes¹¹, existem, pelo menos, três tipos de discursos mais comuns que fazem referência à “juventude” e buscam caracterizá-la.

O primeiro, que durante muito tempo pautou as políticas de atenção aos jovens no Brasil, percebe a juventude como “problema” e como “perigo”. Nesse sentido, o jovem é visto como rebelde, influenciável, vulnerável à delinquência e incapaz de definir o que é melhor para ele ou de decidir sobre seu próprio destino. Em um relatório divulgado pelo IPEA em 2008, esta concepção é caracterizada da seguinte forma:

[...] firmou-se uma vinculação quase direta entre a temática juvenil e as questões de desordem social, impondo a identificação dos jovens como o grupo prioritário sobre o qual deveriam recair as ações de controle social tutelar e repressivo, promovidas pela sociedade e pelo poder público.¹²

Esta percepção negativa da identidade juvenil gerou, nos últimos anos, uma série de manifestações por parte dos próprios jovens e de seus movimentos, organizações e redes que têm lutado pelo reconhecimento do protagonismo juvenil e da juventude como sujeito de direitos. Estas lutas podem ser compreendidas, segundo o sociólogo Zygmunt Bauman¹³, como uma espécie de “reação” à ausência de liberdade e de poder decisório que leva os grupos oprimidos (como as mulheres, os negros, os jovens, etc.) a reunirem forças para lutar contra a condição de exclusão em que se encontram.

¹¹ NOVAES, R. C. e MELLO, C.C., Jovens do Rio: Circuitos, crenças e acessos. **Comunicações do ISER**, n. 57, 2002.

¹² CASTRO, Jorge Abrahão. AQUINO, Luseni. (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2008, p.9

¹³ BAUMAN, Zygmunt. **Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Outro discurso muito comum a respeito dos jovens é aquele que os define como “a próxima geração”, “a geração do futuro”, “os profissionais do amanhã”, etc. A ênfase, nesse caso, encontra-se na idéia da juventude como “etapa”, ou seja, como “fase de transição da vida” e o jovem é entendido como um “sujeito em construção”.

Tendo como referência central o conceito de socialização, esta abordagem sugere que a transição é demarcada por etapas sucessivamente organizadas que garantem a incorporação pelo jovem dos elementos socioculturais que caracterizam os papéis típicos do mundo adulto [...]. Ao final deste processo, o jovem-adulto adentraria numa nova fase do ciclo da vida, cuja marca distintiva seria a estabilidade. Sob este enfoque, os “problemas” do comportamento juvenil foram redefinidos, passando a ser compreendidos como desvios ou disfunções do processo de socialização.¹⁴

Uma terceira narrativa existente sobre o “jovem”, destacada pela professora Regina Novaes, é aquela bastante explorada pelos meios de comunicação, pela mídia e pelo mercado que apresentam a juventude como sinônimo de beleza, força, saúde, dinamismo e novidade. A juventude se transforma em paradigma do desejável. Esta representação, contudo, transmite uma imagem fantasiosa dos jovens e desconsidera a realidade econômica e social em que grande parte deles se encontra inserida.

Tanto o discurso sobre o “jovem/problema” quanto os discursos sobre o “jovem/futuro” ou “jovem/saúde” pressupõem uma percepção incompleta da condição juvenil, deixando de lado os múltiplos e complexos problemas e desafios que os jovens enfrentam na atualidade, não reconhecendo a importância da afirmação da juventude como sujeito de direitos e do jovem como agente capaz de contribuir para a construção e definição do seu próprio futuro. Diante da força e do arraigamento social destes estereótipos, muitos movimentos, entidades, redes e organizações de juventude têm se mobilizado em favor da ressignificação da identidade juvenil e da luta pelo reconhecimento de seus direitos.

De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu, ao construírem novos discursos, os movimentos sociais modificam as identidades e representações sociais dominantes e empreendem uma “*subversão herética*” que explora a possibilidade de mudar o mundo social através da transformação das representações existentes sobre o mundo, ou seja, através da apresentação

¹⁴ CASTRO, Jorge Abrahão. AQUINO, Luseni. (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**, p.9

de “*uma pré-visão paradoxal (utopia, projeto, programa) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural.*”¹⁵ Sendo assim, podemos observar que os jovens vêm buscando, a cada dia, reafirmar os aspectos positivos de “ser jovem” e revalorizar a condição juvenil. De acordo com a pesquisa “**Perfil da Juventude Brasileira**”¹⁶, realizada pelo Instituto Cidadania em 2003, 74% dos jovens entrevistados declararam que há “mais coisas boas em ser jovem do que ruins”, contra 11% que defenderam o contrário e 14% que optaram pelas duas alternativas simultaneamente.

Outra recente pesquisa, desenvolvida em seis países da América do Sul¹⁷ – “**Juventude e Integração Sul-Americana: Diálogos para a construção da democracia regional**” – envolveu cerca de 14 mil jovens e adultos a fim de mapear as principais demandas da juventude no século XXI e identificar as mais freqüentes representações construídas sobre os jovens. Ao todo, foram citadas pelos entrevistados mais de mil palavras distintas para definir “juventude”.

Adultos y jóvenes recurren a sustantivos como alegría, felicidad, frescura, pureza y otros del mismo tipo que tienen gran presencia entre la población. Sin ir más lejos, entre las cerca de mil palabras, alegría es, por lejos, la que presenta la frecuencia más alta. [...] hay un conjunto de referencias que definen a la juventud desde una serie de vivencias positivas que se mueven en el plano de la afectividad y la sociabilidad. La juventud, se dice, es la edad del amor, del compañerismo, de tomar mate en la plaza, de salir con los amigos. [...].¹⁸

O psicólogo social, Serge Moscovici, também nos chama a atenção para a importância da influência que as representações sociais exercem sobre as ações e práticas sociais. Em “*Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria*”, Celso Pereira de Sá discute a problemática da identidade e cita Moscovici:

[...] uma vez denominada, a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquire certas características, tendências etc.; ela se torna distinta de outras pessoas ou coisas através dessas características e tendências; ela se torna o objeto de uma convenção entre aqueles que adotam e partilham a convenção.¹⁹

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p.118

¹⁶ Para maiores informações, consultar: ABRAMO, H. BRANCO, P. **Retratos da Juventude Brasileira – análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

¹⁷ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

¹⁸ NOVAES, Regina. SEGOVIA, Diego. RIBEIRO, Eliane. **Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes**. São Paulo: Instituto Pólis e Ibase, 2009, p.88

¹⁹ SÁ, Celso Pereira de. *Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria*. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.38

Nas lutas centradas na “identidade”, o que está em jogo, portanto, é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social. Neste sentido, os discursos servem tanto para descrever um estado de coisas como para prescrever ações e relações sociais.

Segundo Bourdieu:

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma (‘você não passa de um...’), é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo.²⁰

Em outras palavras, podemos afirmar que os discursos possuem um caráter performativo (que pretende “fazer acontecer” aquilo que enunciam). Bourdieu chama esse processo de “*produção da crença*”, pois é a crença nas palavras e nas representações que gera o caráter performativo dos discursos e ativa seu potencial de manutenção ou de subversão da ordem social. Contudo, os discursos só exercem esse “poder invisível” quando o sujeito enunciator (que pode ser um “sujeito coletivo”, como “os jovens”) é reconhecido como digno de tomar a palavra e digno de ser ouvido. Segundo Bourdieu “*o ato de magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode dar resultado, se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga [...]*”.²¹

Se o processo que Bourdieu classifica como “*produção da crença*” – significando a conquista do reconhecimento do ator social como sujeito digno de falar – é condição *sine qua non* para que os discursos produzam efeitos sociais, podemos concluir que a desconstrução das imagens negativas/pejorativas do “jovem” e a produção de uma nova identidade pelos movimentos juvenis são importantes estratégias de luta.

Através da mobilização e organização dos atores juvenis, são construídos novos significados para “juventude” que contribuem para a formação de novas percepções sobre os jovens. Essas novas representações buscam modificar a realidade a partir do exercício de uma espécie de

²⁰ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**, p.100

²¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.116

“poder invisível”, identificado e classificado por Pierre Bourdieu como “*poder simbólico*” e definido como:

[...] o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização.²²

Este poder de “fazer ver e fazer crer” é exercido por meio da disseminação, e posterior assimilação, das novas representações sociais que, por sua vez, vêm confirmar ou transformar determinada visão de mundo. Ao proporem novos sentidos para representações até então naturalizadas, os novos discursos se desdobram em novas práticas e novas relações sociais.

Segundo o historiador Roger Chartier, as representações sociais são “*matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social*”²³, pois participam do aparato cognitivo a que os sujeitos recorrem para tomarem suas decisões, fazerem suas escolhas e se relacionarem em sociedade. Sendo assim, podemos considerar que as representações moldam nossa visão da realidade e, conseqüentemente, participam da configuração do mundo social e da forma como nos relacionamos com ele.

Aproximamo-nos da perspectiva de Roger Chartier, pois sustentamos que as representações são capazes de regular práticas e relações sociais, podendo contribuir para a transformação ou reprodução das relações de poder vigentes na sociedade. Neste trabalho, dentre a diversidade de conteúdos e valores que compõem e permeiam as representações sociais partilhadas pelos jovens, gostaríamos de destacar aqueles advindos dos pertencimentos religiosos. Para Rubem Alves, a religião é definida como “[...] *teia de símbolos, rede de desejos, confissão da espera, horizonte dos horizontes, a mais fantástica e pretensiosa tentativa de transubstanciar a natureza*”²⁴. Para o filósofo, a religião toca nas questões sobre o sentido da vida e aponta caminhos e os valores pelos quais vale a pena viver ou morrer.

Ao fazer um resgate sobre o desenvolvimento da teologia cristã, Rubem Alves chama a atenção para a tradição profético-política dos profetas hebreus do Antigo Testamento,

²² BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**, p.15

²³ CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 11(5), 1991, p. 183

²⁴ ALVES, Rubem. O que é religião. In: ALVES, Rubem. ARNS, Paulo Evaristo. ROCHA, Everaldo P. G. **O que é religião, igreja e mito. Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1981, p. 19-20

perspectiva que, segundo ele, “*privilegia os fracos e oprimidos e se orienta no sentido da superação real e histórica das condições de opressão.*”²⁵

Em geral, as pessoas pensam que profetas são videntes dotados de poderes especiais para prever o futuro, sem muito o que dizer sobre o aqui e o agora. Nada mais distante da vocação do profeta hebreu, que se dedicava, com paixão sem paralelo, a ver, compreender, anunciar e denunciar o que ocorria no seu presente. [...] Eles pouco ou nada se preocupavam com aquilo que vulgarmente consideramos como propriamente pertencendo ao círculo do sagrado. [...] eles entendiam que o sagrado, a que davam o nome de vontade de Deus, tinha a ver, fundamentalmente, com justiça e misericórdia. Em suas bocas tais palavras tinham um sentido político e social que todos entendiam.²⁶

Segundo Rubem Alves, foram os profetas hebreus que primeiro perceberam e compreenderam a ambivalência da religião que, dependendo das circunstâncias, se presta a objetivos opostos, dependendo das intenções daqueles que manipulam os símbolos sagrados. “*Ela pode ser usada para iluminar ou para cegar, para fazer voar ou paralisar, para dar coragem ou atemorizar, para libertar ou escravizar*”²⁷.

Neste trabalho, portanto, esperamos lançar luz sobre as iniciativas dos jovens religiosos – em especial da juventude evangélica – que, a partir de seus pertencimentos, identidades e valores calcados na religião, procuram libertar, encorajar e iluminar outros jovens, enxergando, através dos olhos da fé, novos caminhos nas lutas em defesa dos direitos da juventude no Brasil.

Ao relacionarmos os conceitos de “juventude”, “identidade”, “representações sociais” e “religião”, situamos nosso trabalho nas fronteiras entre a História Política e a História Cultural, campos da historiografia largamente ampliados e renovados nos últimos anos. De acordo com a professora Sandra Pesavento, hoje podemos falar em “História Cultural do Político” ou em “Nova História Política”:

[...] a História Cultural não exclui a política de suas análises, como apontam alguns de seus críticos. Pelo contrário, o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, com o que se pode mesmo afirmar que a História Cultural trouxe novos aportes ao político, colocando questões renovadoras e sugerindo novos objetos. Não seria

²⁵ Ibid., p.130

²⁶ Ibidem, p.65

²⁷ Ibidem, p.65

demais falar em uma verdadeira renovação do político, trazida pela História Cultural.²⁸

Ultrapassando as análises restritas ao âmbito do Estado e do poder institucionalizado, modificando o foco que antes estava direcionado ao estudo das elites, a Nova História Política emerge como um campo promissor na historiografia.

²⁸ PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.75

SEGUNDO CAPÍTULO

A emergência das políticas públicas de juventude na América Latina e no Brasil

De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um em cada cinco jovens latino-americanos não está trabalhando nem estudando. Dentre os 106 milhões de jovens do continente, cerca de 17 milhões estão desempregados. Segundo a CEPAL²⁹, em 2004, o analfabetismo atingia 13% dos jovens da América Latina e apenas 6,5% deles chegavam ao ensino superior. Estes dados nos ajudam a entender os resultados da pesquisa coordenada pelo IBASE³⁰ e pelo Instituto Polis – **“Juventudes Sul-Americanas Diálogos para a Democracia Regional”**³¹ – que apontou as demandas por educação de qualidade e por maiores oportunidades de trabalho como as reivindicações mais recorrentes entre os jovens dos seis países da América do Sul analisados (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai)³².

Apesar da crescente onda de mobilização juvenil que observamos nos últimos anos, é importante destacar que a luta em defesa dos direitos da juventude na América Latina não representa uma novidade. Ela remonta aos 1980, marcados pelas graves crises econômica e social, pela intensa organização da sociedade civil e pelo desenrolar dos processos de redemocratização.

A partir de 1985, ano da Juventude no âmbito das Nações Unidas, entre as recomendações gestadas nos organismos bilaterais e nas agências de cooperação internacional, para sair da crise e combater a pobreza, foi destacada a preocupação com a juventude. [...] No final da década de 1980 e início da década de 1990, justamente quando aumenta a preocupação com a incorporação dos(as) jovens excluídos(as) no mercado de trabalho e com o

²⁹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

³⁰ IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

³¹ Para maiores informações, acessar www.juventudesulamericana.org.br

³² Foram detectadas sete demandas mais frequentes: (1) educação pública, gratuita e de qualidade; (2) trabalho; (3) cultura; (4) transporte público; (5) segurança; (6) cuidado com o meio ambiente; (7) saúde.

combate à violência urbana, surgem os primeiros espaços institucionais de juventude nos países sul-americanos.³³

A seguir, podemos observar um quadro que indica o ano de instituição de cada organismo nacional de juventude nos países da América do Sul e aponta seus principais objetivos³⁴:

Quadro I - Criação dos órgãos específicos de juventude nos países da América do Sul segundo ano, faixa etária, institucionalidade e mandato

País	Ano	Faixa etária	Institucionalidade atual	Mandato
Argentina	1987	14 a 29 anos	Diretoria Nacional de Juventude, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Social.	Coordenar, articular e executar políticas públicas de juventude (PPJs).
Bolívia	1994	15 a 24 anos	Vice-Ministério de Igualdade de Oportunidades, instância dependente do Ministério da Justiça.	Desenvolver normas e políticas públicas de juventude.
Brasil	2005	15 a 29 anos	Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência	Integrar programas e ações do governo federal na área de políticas públicas de juventude.
Chile	1991	15 a 29 anos	Instituto Nacional de Juventude, subordinado ao Ministério do Planejamento e Cooperação.	Gerar e sistematizar informações sobre juventude, colaborar com o Executivo no desenvolvimento e planejamento de PPJs.
Paraguai	1994	15 a 29 anos	Vice-Ministério da Juventude, instância dependente do Ministério da Educação e Cultura.	Orientar e desenvolver políticas públicas de juventude.
Uruguai	1991	14 a 29 anos	Instituto Nacional da Juventude, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social.	Planejar, desenvolver, assessorar, articular, supervisionar e executar políticas públicas de juventude.

FONTE: Pesquisa Juventudes Sul-Americanas: Diálogos para a construção da democracia regional, 2009.

Em 1992, foi fundada a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), pautando suas ações na perspectiva dos jovens como “agentes de desenvolvimento”, combatendo a visão pejorativa da juventude como um “problema a ser resolvido”. Três anos depois, foi criado o

³³ NOVAES, Regina. RIBEIRO, Eliane. LÂNES, Patrícia. **O que querem os(as) jovens da América do Sul? Caminhos a percorrer.** Caderno da Pesquisa Juventudes Sul-Americanas: Diálogos para a construção da democracia regional, IBASE/PÓLIS, junho de 2009, p.10.

³⁴ Ibidem, p.12

Fórum Latino Americano de Juventude (FLAJ) e, em 1998, foi realizada a I Conferência Mundial de Ministros da Juventude. Finalmente, em 2005, foi concluído o texto da Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens. Além deste marcos, muitos outros poderiam ser mencionados, como os Fóruns Sociais Mundiais e os Fóruns Mundiais da Juventude. Observa-se, portanto, que a questão da defesa dos direitos da juventude vem, a cada dia, ganhando mais espaço nas agendas políticas, pautando diretrizes e ações dos governos e dos movimentos sociais.

No Brasil, segundo dados do IBGE, cerca de um quarto da população – 50,5 milhões de pessoas – têm entre 15 e 29 anos e é considerada jovem. Desse total, 11,7 milhões vivem em famílias que não têm condições para satisfazer suas necessidades básicas; 4,5 milhões não trabalham nem estudam e 1,3 milhão são analfabetos³⁵. Entre os jovens trabalhadores, 63% não têm carteira assinada e apenas 3,6% (entre 20 e 24 anos) chegam à universidade (segundo pesquisa realizada pelo Instituto Cidadania em 2003).

O Ministério da Saúde também apresenta dados alarmantes: 70% dos óbitos entre os jovens se devem a causas externas evitáveis, sendo que 40% resultam de homicídio (no restante da população essa taxa cai para 5%). Com base nessas estatísticas, podemos concluir que grande parte dos jovens brasileiros encontra-se em situação de risco social.

Jovens em situação de risco são pessoas que, pela presença de determinados fatores em suas vidas, podem ser levadas a assumir comportamentos ou experienciar eventos danosos para si mesmas e para suas sociedades [...].³⁶

Sendo assim, a partir de fins da década de 1990, começaram a ser desenvolvidas iniciativas federais, estaduais e municipais para minimizar os problemas enfrentados pela juventude. Contudo, grande parte das ações e programas era de curta duração e tinha como foco a transferência de recursos da União aos demais entes federativos. Foi apenas com a chegada do século XXI que passamos a observar no Brasil a ampliação de mecanismos institucionais – coordenadorias, assessorias, secretarias – municipais e estaduais de juventude, assim como a criação de canais de diálogo entre poder público e setores organizados da juventude. Estas

³⁵ Dados baseados na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad), de 2003.

³⁶ CUNNINGHAM, Wendy. (coord.). **Jovens em situação de risco no Brasil. Documento do Banco Mundial.** Brasília: Banco Mundial, 2007, p.9

iniciativas vêm propiciando a participação dos jovens na gestão e no controle do Estado brasileiro.

A partir de 2004, inicia-se no Brasil um amplo processo de diálogo, entre governo e movimentos sociais, sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. Este processo concedeu projeção nacional à temática da juventude.³⁷

Portanto, como resposta às pressões e demandas juvenis no Brasil, o Governo Federal buscou implementar diversas políticas públicas de/por/para a juventude em nosso país. Conforme destacado no Quadro I, em 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e, no mesmo ano, também foram instituídos o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)³⁸, todos vinculados à Secretaria Geral da Presidência da República. De acordo com o Art. 9º da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005:

Fica criado, no âmbito da estrutura organizacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Conselho Nacional de Juventude - CNJ, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

Em linhas gerais, portanto, podemos afirmar que ao Conselho caberia a definição das diretrizes da política nacional de juventude e a realização de estudos e pesquisas sobre a condição dos jovens no Brasil. Prerrogativa da SNJ seria a implementação e execução dos programas e projetos aprovados e, finalmente, o ProJovem representaria a ação concreta e imediata do Governo – de caráter emergencial e provisório – com o intuito de aumentar o nível de escolaridade dos jovens com mais de 18 anos com ensino fundamental incompleto, oferecer qualificação profissional e formação cidadã.

O reconhecimento, por parte do Governo, em seus diversos níveis, da necessidade de consultar a população antes de implementar políticas públicas “de cima para baixo” – através

³⁷ CASTRO, Jorge Abrahão. AQUINO, Luseni. (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**, p.141

³⁸ Neste trabalho, não pretendemos apresentar nenhuma análise acerca do papel desempenhado pela Secretaria Nacional de Juventude nem discutir os processos de implementação e desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Para maiores informações, consultar: www.juventude.gov.br

da consulta aos representantes da sociedade civil nos conselhos de políticas – pode ser considerado um grande avanço no campo da democracia em nosso país. Todavia estas consultas e diálogos se dão em espaços e através de formatos (conselhos, conferências, etc.) nem sempre acessíveis à multiplicidade de grupos presentes na sociedade.

Apesar de muito difundidos, os conselhos ainda são pouco conhecidos e a participação nessas estruturas é insuficiente. Infelizmente, poucos são os brasileiros que conhecem esse tipo de arranjo institucional e sabem como fazer parte dele. Por isso, é necessário dar mais visibilidade a estes espaços e tornar mais democrático o processo de escolha de seus membros. Esta situação de “falta de informação” e de “pouca visibilidade” se agrava quando tratamos de “conselhos de juventude”, visto que muitos setores ainda não estão convencidos de que a “juventude” é um tema que deve ser incluído na agenda nacional.

O Conselho Nacional de Juventude foi regulamentado pelo Decreto Presidencial 5.490 de 14 de julho de 2007. Quanto à sua composição, atualmente, o CONJUVE é formado por vinte representantes do poder público (1/3) e por quarenta representantes da sociedade civil (2/3). De acordo com o “Guia do(a) Conselheiro(a)”:

O CONJUVE é um órgão colegiado, integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, de caráter consultivo e tem por finalidade a formulação e proposição de diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de Políticas Públicas de Juventude.³⁹

A partir dos dados acima elencados, gostaríamos de apontar duas fragilidades do Conselho Nacional de Juventude: (1) seu marco legal e (2) seu caráter consultivo – e não deliberativo. Quanto ao primeiro ponto, observamos que o CONJUVE é fruto de um decreto presidencial que pode ser desfeito a qualquer momento, enquanto que outros conselhos se apóiam em legislações consolidadas como o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, que dá suporte ao Conanda. Portanto, podemos considerar a “baixa institucionalidade” do Conselho Nacional de Juventude como uma de suas fraquezas. Tal debilidade já fora apontada pelos próprios conselheiros na publicação “Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007”:

³⁹ Guia do Conselheiro – Gestão 2008/2009.

[O Conjuve] está alocado na Secretaria Nacional de Juventude, estrutura do governo que ainda está em fase muito embrionária. Não há certeza, entre os conselheiros, de que a Secretaria Nacional de Juventude continue vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. Se não continua, para onde vai? O Conselho permanece? Não se quer dizer com isso que ele não seja institucional. Ele é institucional. É um órgão vinculado ao poder executivo. A questão é: sua institucionalidade garante continuidade e permanência no governo?⁴⁰

Tais incertezas contribuem para o questionamento da credibilidade do Conselho e tornam mais difícil o exercício do controle social sobre as políticas públicas de juventude e a influência dos conselheiros sobre o andamento das ações. Outro elemento que apontamos como fator que influi negativamente na efetividade democrática do Conselho Nacional de Juventude é o seu caráter consultivo, também problematizado pelos conselheiros na publicação supracitada. Na medida em que o órgão não possui poder decisório de fato e que o Governo pode ou não acatar suas considerações, o conselho torna-se menos operante na definição dos rumos das políticas públicas de juventude e deixa de desempenhar de forma satisfatória o seu papel. E, assim, aumentam-se os riscos de que o conselho se transforme em simulacro, servindo apenas de legitimação para as ações e programas do Governo.

Para solucionar os problemas acima assinalados, faz-se necessário lutar para que novos marcos legais sejam conquistados, como a aprovação do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude, e para que o modelo instituído seja reavaliado e, se necessário, redesenhado a fim de que sejam aprimorados os meios de intervenção e ação do Conselho Nacional de Juventude.

A importância da participação da sociedade civil se faz nesse contexto não apenas para ocupar espaços antes dominados por representantes de interesses econômicos, enclavados no Estado e em seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas a questões emergenciais, a partir do espólio de recursos miseráveis destinados às áreas sociais.⁴¹

⁴⁰ FREITAS, Maria Virgínia de. (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007**. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE, Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007, p. 27

⁴¹ GOHN, Maria da G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 78

Durante a primeira gestão do CONJUVE (2006/2007), muito tempo foi dedicado à definição do papel do conselho, às discussões sobre seus limites e atribuições, enquanto que os anos de 2008 e 2009 foram marcados pela realização da Primeira Conferência Nacional de Juventude – que reuniu em Brasília cerca de dois mil jovens e estabeleceu prioridades para as políticas públicas de juventude (PPJ's) – pela organização do Primeiro Encontro Nacional de Conselhos de Juventude – que reuniu cerca de 200 participantes representando 72 diferentes conselhos municipais, estaduais e o Conselho Nacional de Juventude – e por outras iniciativas que objetivavam ampliar os canais de comunicação entre os conselhos de juventude, identificar suas maiores contribuições e seus maiores desafios.

O ano de 2008 foi marcado pela aprovação em segundo turno da PEC⁴² da Juventude, na Câmara dos Deputados, em sessão extraordinária. A Proposta de Emenda à Constituição nº 138, de 2003, de autoria do deputado Sandes Junior foi aprovada com 382 votos e uma abstenção na forma do substitutivo da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), relatora da matéria em comissão especial, que altera o artigo nº 227 da Constituição. O substitutivo assegura aos jovens prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura. A matéria agora segue para tramitação no Senado, onde será também votada em dois turnos. O texto prevê ainda uma lei específica que estabelecerá o Plano Nacional da Juventude e o Estatuto da Juventude garantindo o compromisso do governo com políticas públicas para os jovens de 15 a 29 anos.

Tais avanços foram alcançados através da criação de comissões – como a Comissão de Acompanhamento do Parlamento e a Comissão de Articulação e Diálogo com a Sociedade Civil – que vêm contribuindo para essas conquistas. Sendo assim, acreditamos que a institucionalização e o reconhecimento de novos espaços de participação e de deliberação – como os conselhos de políticas públicas – contribuem decisivamente para o fortalecimento da democracia em nosso país.

A descentralização política – ocorrida com maior intensidade nos últimos vinte anos, assim como a descentralização econômica – foi acompanhada pela multiplicação e ampliação dos espaços de participação e de tomada de decisão. Surgiram novos arranjos democráticos – as chamadas instituições híbridas – que reúnem representantes do poder público e representantes

⁴² PEC – Proposta de Emenda Constitucional.

da sociedade civil nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Tal modelo privilegia o caráter relacional da democracia e confere destaque aos processos de deliberação e diálogo entre os atores em disputa. Nesse sentido, tanto os processos deliberativos quanto os de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas deixam de ser percebidos como competências específicas dos gestores e agentes do poder público, em detrimento da atuação sociedade civil. As instituições híbridas, portanto, permitem que a deliberação esteja presente em ambos os pólos: representação e participação e, entre estes, deverá haver interação e fortalecimento mútuo a fim de que haja mais oportunidades de participação dos cidadãos e uma base informacional ampliada que fundamente as ações do poder público.

Os conselhos de políticas públicas constituem exemplos de tais práticas e contribuem para a constituição de uma dinâmica policêntrica de deliberação. Podemos, portanto, constatar que um dos caminhos possíveis para o aperfeiçoamento da democracia é a institucionalização de espaços de participação e deliberação e a ampliação dos mecanismos de *accountability* – controle social e fiscalização das ações do poder público. Em “*Teoria Democrática e Deliberação Pública*”⁴³, Leonardo Avritzer discute a redefinição, no interior da teoria democrática, do caráter decisionístico do conceito de deliberação em prol de uma concepção argumentativa. Tal concepção, ao não restringir o exercício democrático ao processo de escolha dos representantes, abre espaço para que novos arranjos participativos sejam reconhecidos como legítimos e, conseqüentemente, para que um maior número de pessoas participe dos processos de tomada de decisão e de definição das agendas políticas e, assim, se delineia a “democracia de alta intensidade”.

Segundo Leonardo Avritzer e Boaventura de Souza Santos⁴⁴, ganham destaque na atualidade as discussões acerca da qualidade dos regimes democráticos vigentes. Parece paradoxal que, num momento em que o sistema democrático se consolida, surja uma série de dúvidas em relação à sua capacidade de responder aos desafios das sociedades contemporâneas. Isso ocorre, pois torna-se cada vez mais evidente que a “vontade da maioria” pode não ser legítima quando não leva em conta, nos momentos de debate, argumentação e tomada de decisão, os interesses particulares e minoritários dos grupos tradicionalmente excluídos. Por isso,

⁴³ AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública**. Lua Nova, São Paulo, v 49: 25-46, 2000.

⁴⁴ AVRITZER, Leonardo. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em: [HTTP://www.eurozine.com](http://www.eurozine.com)

iniciativas como a constituição do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional de Juventude são tão importantes e merecem destaque.

TERCEIRO CAPÍTULO

Relações e tensões existentes entre participação política juvenil e identificação religiosa

De acordo com a pesquisa “**Juventude, juventudes: o que une e o que separa**”⁴⁵ – desenvolvida pela UNESCO em 2004 – cerca de 96% dos jovens brasileiros possuem alguma religião. Dos 13 milhões de jovens que participam ou já participaram de organizações sociais (representando 27,3% da juventude brasileira em geral), 81,1% indicaram que fazem ou já fizeram parte de grupos de cunho religioso, totalizando cerca de 10 milhões de jovens. Este percentual ultrapassa em muito o das outras opções de associativismo mais assinaladas pelos jovens, como as de caráter esportivo, cultural, ecológico, artístico e assistencial (que, juntas, somaram 23,6%), as de caráter corporativo, como as organizações trabalhista e estudantil (18,7%) e as de cunho partidário (3,3%)⁴⁶.

Sendo assim, é importante atentar para o fato de que *“a participação em grupos religiosos, portanto, pode ser analisada como um importante vetor para a construção de identidades juvenis, representando espaço importante de agregação social nessa fase da vida”*.⁴⁷ Além disso, os dados comprovam a capilaridade social da religião no Brasil e demonstram que “pertencimento religioso” e “engajamento social/político” muitas vezes caminham juntos. De acordo com a pesquisadora Regina Novaes:

[...] as instituições religiosas continuam produzindo espaços para jovens, onde são construídos lugares de agregação social, identidades e formação de

⁴⁵ A pesquisa da UNESCO foi realizada no período entre 01 e 12 de julho de 2004, em diferentes regiões do Brasil, e envolveu mais de 10.000 jovens entre 15 e 29 anos.

⁴⁶ Dados destacados e analisados por CASTRO, Mary G. VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007, p.90

⁴⁷ FONSECA, Alexandre Brasil. NOVAES, Regina. Juventudes brasileiras, religiões e religiosidades: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, p.149

grupos que podem ser contabilizados na composição do cenário da sociedade civil. Fazendo parte destes grupos, motivados por valores e pertencimentos religiosos, jovens têm atuado no espaço público e têm fornecido quadros militantes para sindicatos, associações, movimentos e partidos políticos.⁴⁸

Observemos a seguir o quadro que aponta a população jovem, segundo religião, no Brasil:

Quadro II – População jovem segundo religião, Brasil, 2004.

Religião	Número	%
Católica	31.649.346	66,2
Protestante	8.978.085	18,8
Espírita	683.244	1,4
Outras	678.482	1,4
É religioso, mas não segue nenhuma	3.798.506	7,9
Ateu, não tem religião	1.911.223	4,0
Não sabe, não opinou	133.785	0,3
Total	47.832.671	100

FONTE: Pesquisa Juventude, juventudes: o que une e o que separa, UNESCO, 2004.

Os dados refletem as recentes alterações no cenário religioso brasileiro marcado pelo decréscimo do número de católicos e pelo crescimento dos evangélicos e dos “sem-religião”. Esta mesma tendência pode ser verificada na pesquisa desenvolvida pelo ISER no Rio de Janeiro, no ano de 2002, “**Jovens do Rio: Circuitos, crenças e acessos**”⁴⁹ em que 51,9% dos jovens entrevistados se declararam católicos (30,8% não praticantes e 21,1% praticantes); 18,6% se identificaram como evangélicos (14,2% pentecostais e 4,4% não pentecostais) e 21,2% afirmaram não possuir nenhuma religião (destes, 15,9% afirmam “possuir crenças”).

Este mesmo estudo também constatou – ratificando as conclusões da pesquisa desenvolvida pela UNESCO – que a participação juvenil em espaços coletivos se dá, sobretudo, nos grupos religiosos, ultrapassando as agremiações estudantis, os partidos políticos, as organizações ambientalistas, associações comunitárias, etc.

Grande parte dos jovens participa de grupos de igrejas. A participação em espaços coletivos dos jovens se dá principalmente através dos grupos ou de

⁴⁸ NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.289

⁴⁹ NOVAES, R. C. e MELLO, C.C., Jovens do Rio: Circuitos, crenças e acessos. **Comunicações do ISER**, n. 57, 2002.

movimentos vinculados igrejas (69,1%). A participação nos grupos de igreja se concentra entre jovens com até 20 anos (por volta de 70%) e é menor entre os jovens com mais de 21 anos (64,7%). O movimento estudantil também conta com a participação de um número expressivo de jovens. Do total de entrevistados, 48,2% participam ou já participaram deste movimento. Em seguida, 20,3% dos jovens afirmam ter participado ou participar de movimento ecológico ou ambientalista; 17,5% participam ou já participaram de atividades comunitárias em associações de moradores, 9,8% de partidos políticos e 7,6% fazem ou já fizeram trabalho voluntário em ONGs.⁵⁰

Quando questionados sobre a frequência com que participam de atividades de sua religião, 15,3% dos jovens no Rio de Janeiro responderam “de duas a três vezes por semana”; 26,6% “uma vez por semana” (totalizando 41,9% de jovens que, semanalmente, participam e encontram-se nos grupos religiosos); 19,3% afirmaram mensalmente; 15,8% anualmente e apenas 12,4% disseram que nunca comparecem a atividades de sua religião.

A pesquisa desenvolvida pela UNESCO também aponta para este quadro que revela o lugar de destaque que as atividades religiosas ocupam nas opções de lazer dos jovens, conforme ressaltam Regina Novaes e Alexandre B. Fonseca:

Na extensa relação de atividades citadas em resposta à pergunta: ‘qual é a atividade que você mais gosta de fazer quando está fora de casa’, a atividade de ir à igreja foi a sexta mais citada como primeira opção, sendo a preferida de 5,4% dos jovens, ficando atrás da reunião com amigos (15,3%); praticar esporte (12,3%); dançar (9,1%); ir a festas (8,9%); e ir a bares (8,3%).⁵¹

Na pesquisa feita pelo Instituto Cidadania em 2003, “**Perfil da Juventude Brasileira**”⁵² – que ouviu 3.501 jovens de 15 a 24 anos, contemplando diversidades geográficas e diferenças de renda no Brasil – constatou-se que, depois dos valores/princípios de “solidariedade”, “respeito às diferenças” e “igualdade de oportunidades”, o “temor a Deus” aparece como o quarto na lista de prioridades dos jovens. Portanto, ao falarmos da importância de considerar a “diversidade juvenil” nos processos de construção das políticas públicas de juventude, não podemos de forma alguma relegar a segundo plano o pertencimento e a identidade religiosa dos jovens (quando comparada a outras formas de identificação, como as de gênero, raça, orientação sexual, etc.), visto que a religião representa, comprovadamente, um *“elemento*

⁵⁰ Ibidem, p.65

⁵¹ FONSECA, Alexandre Brasil. NOVAES, Regina. Juventudes brasileiras, religiões e religiosidades: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, p.165

⁵² Pesquisa. **Perfil da Juventude Brasileira**. Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

significativo de socialização, construção identitária, organização e agregação social”⁵³ para os jovens no Brasil.

Este reconhecimento e esta preocupação foram registrados pelos conselheiros do Conselho Nacional de Juventude na publicação, lançada em 2006, “**Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas**” que apresenta as seguintes recomendações e diretrizes para o processo de construção da Política Nacional de Juventude no Brasil:

[...] é necessário olhar para o associativismo dos/das jovens, a partir das práticas religiosas, como novas possibilidades de engajamento e participação na vida pública desta parcela da população. A participação dos/das jovens, sobretudo em grupos religiosos, tem gerado mal-estar na sociedade, em especial em certos setores da juventude que tendem a associar a religiosidade dos/das jovens com a presença do conservadorismo desta população. Esse tipo de estereótipo deve ser desconstruído. É preciso desnaturalizar esses pares de oposição consagrados, que polarizam religião e participação política ou religião e/ou ciência e religião. É bom lembrar que [...] os grupos religiosos têm desempenhado um papel importante na luta pela democratização, além de possuírem ações políticas progressistas.⁵⁴

[...] O Estado brasileiro é laico, o que significa que ele não é confessional, que ele não deve favorecer especificamente nenhuma religião e nem definir suas ações somente a partir de um específico credo religioso. Mas isso não o exime da responsabilidade de garantir a liberdade religiosa e de reconhecer e apoiar práticas de solidariedade e trocas simbólicas entre aqueles/aquelas que estão em diferentes organizações religiosas.⁵⁵

Como podemos observar, o documento rechaça os estereótipos e preconceitos que associam o “jovem religioso” a “posturas conservadoras”, “autoritárias”, “anti-democráticas”, “alienadas”, “individualistas”, “intolerantes” e “conformistas”. Para problematizar estas representações pejorativas, podemos observar o Quadro III que compara os índices de concordância e discordância dos jovens, segundo religião, diante de frases que ora afirmam a importância da democracia, ora a relativizam ou a ignoram, apontando para as possibilidades de instauração de regimes autoritários.

Diferentemente do que apontam os estereótipos sobre os evangélicos no Brasil, observamos que o nível de preferência dos jovens pelo regime democrático (em relação a qualquer outra

⁵³ NOVAES, Regina. CARA, Daniel T. SILVA, Danilo M. PAPA, Fernanda de C. (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friederich Ebert, 2006, p.100

⁵⁴ Ibidem, p. 102

⁵⁵ Ibidem, p. 100-101

forma de governo) é muito próximo entre protestantes (63,3%), católicos (62,6%) e jovens “sem religião” (62%). Os ateus, por sua vez, apresentam o índice de 56,5%. Entre os que não concordam com a primazia da democracia, estão 27,7% dos protestantes, 28,4% dos católicos e 28,7% dos ateus.

Os jovens que concordam com a afirmação de que os regimes autoritários, em determinadas circunstâncias, podem ser preferíveis à democracia, são pouco mais representativos entre católicos (31%) do que entre evangélicos (29,3%). Estes últimos, por sua vez, discordam do autoritarismo (59,7%) quase na mesma proporção que os “sem religião” (59,5%) e numa proporção um pouco maior do que católicos (58,1%) e ateus (55,7%).

Quadro III - Distribuição dos jovens segundo declaração sobre sua concordância a frases sobre democracia, segundo religião, Brasil

Frase	Opinião	Religião					População jovem total
		Católica	Protestante	Espírita	Sem religião	Ateu	
A democracia é preferível do que qualquer outra forma de governo.	Concorda	62,6%	63,3%	72,7%	62%	56,5%	62,5%
	Não concorda	28,4%	27,7%	23,1%	26%	28,7%	27,9%
Em algumas circunstâncias, um regime autoritário pode ser preferível a um sistema democrático.	Concorda	31%	29,3%	28%	27,9%	27,2%	30,1%
	Não concorda	58,1%	59,7%	66,4%	59,5%	55,7%	58,5%
Para as pessoas como você, tanto faz o regime político do país.	Concorda	34,9%	31,7%	19,6%	33,1%	36,5%	33,9%
	Não concorda	57,1%	61%	74,8%	58,5%	50,5%	57,9%

FONTE: Pesquisa Juventude, juventudes: o que une e o que separa, UNESCO, 2004.

Estes dados ajudam a pôr em xeque as premissas de que a identidade protestante/evangélica dos jovens se traduz, necessariamente, em posturas anti-democráticas, autoritárias, conservadoras e intolerantes. Por isso, é importante considerar o alerta da pesquisadora Regina Novaes:

[...] na busca de apreender os efeitos sociais das crenças e pertencimentos religiosos, dos jovens, dois extremos devem ser logo descartados. A idéia de que a religião não faz diferença para a complexa vida social contemporânea, para o aqui e o agora, resulta na amputação de uma parte importante do

imaginário social dos jovens de hoje, empobrece as análises. Mas a idéia oposta, de que a força proselitista de certas religiões é tão forte que – não se submetendo a circunstâncias e contextos – teria o poder de por si fazer retroagir conquistas republicanas, também pode esconder outros tantos preconceitos. Preconceitos confessionais e/ou iluministas? Tanto faz, o prejuízo é o mesmo (se o objetivo é aproximar e conhecer mais a experiência de certos segmentos da juventude brasileira).⁵⁶

Sendo assim, acreditamos que o reconhecimento, por parte do Governo e de seus órgãos institucionais de juventude, da importância da participação das juventudes religiosas nos processos de formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de juventude representa um grande avanço nas lutas dos movimentos, entidades e redes de jovens religiosos que buscam o reconhecimento e o respeito às identidades que assumem.

Algumas organizações religiosas, como a Pastoral da Juventude (PJ), já conquistaram este espaço e têm consolidadas estas conquistas, ao contrário da maioria dos movimentos de jovens de religião de matriz africana ou de jovens evangélicos que ainda lutam contra preconceitos e estereótipos arraigados na sociedade e presentes nos movimentos e organizações juvenis.

Conforme observamos no Quadro II, os jovens evangélicos representam 18,8% da juventude brasileira, segundo dados da pesquisa realizada pela UNESCO em 2004. Um percentual muito próximo também foi identificado no Rio de Janeiro, no estudo desenvolvido pelo ISER, em que os jovens que se declararam evangélicos foram 18,6% do total (2002). A pesquisa “**Perfil da Juventude Brasileira**” indicou um percentual um pouco maior, em que os jovens evangélicos somaram 22% dos entrevistados (entre eles 48% de homens e 52% de mulheres). Esta pesquisa fez distinção entre evangélicos ou protestantes históricos e evangélicos pentecostais (e neopentecostais).

A literatura especializada costuma definir os evangélicos considerando a época de origem, a procedência geográfica e certas ênfases doutrinárias. Para os protestantes históricos, a referência geográfica é a Europa e a Reforma do século XVI. [...] Para os pentecostais, de berço protestante, a referência são os Estados Unidos e o início do século XX. [...] Embora hoje existam, cada vez mais, diferenças significativas entre as próprias denominações que se proliferam no Brasil nas últimas décadas, consideradas pentecostais, são as

⁵⁶ NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional**, p. 290

seguintes ênfases doutrinárias que diferenciam os pentecostais dos evangélicos históricos: enfatizam a urgência da conversão como caminho de salvação ante os desmandos do mundo e acreditam ter acesso, no dia-a-dia, aos dons e carismas do Espírito Santo para as curas dos males do corpo e da alma.⁵⁷

Enquanto os evangélicos históricos estão mais presentes nas grandes cidades e capitais (cerca de 5%), os pentecostais encontram-se nas regiões metropolitanas e nas periferias (aproximadamente, 15%). É interessante notar que 100% dos jovens evangélicos que participaram da pesquisa – tanto pentecostais quanto históricos – afirmaram só frequentar atos religiosos de sua própria religião, o que os distingue de outros grupos de jovens religiosos, aparentemente, mais flexíveis em relação a este aspecto. Este dado revela a importância que os jovens evangélicos conferem ao seu pertencimento religioso e à identidade fundada em valores e representações evangélicos/protestantes. Essa percepção se confirma quando atentamos para a centralidade da igreja como espaço de socialização e confraternização dos jovens evangélicos. Segundo Novaes e Fonseca:

Ao se observar os locais em que há costume de se reunir com os amigos, [...] o espaço da igreja aparece com destaque entre os protestantes. No geral, encontrar-se na igreja é a sétima opção, com 10,9% dos jovens a citando em uma lista de múltiplas respostas [...]. Entre protestantes, este percentual atinge 29,7%, representando o local mais citado para o encontro com amigos.⁵⁸

Na pesquisa realizada pela UNESCO – “**Juventude, juventudes: o que une e o que separa**” – os jovens protestantes são os que mais privilegiam ir à igreja como atividade fora de casa, perfazendo 63,9% de todos os jovens que afirmaram essa preferência. Entre os próprios protestantes este percentual é de 18,5%, representando uma preferência bem mais expressiva do que a encontrada nos seguidores dos outros credos religiosos, conforme podemos observar no quadro a seguir.

⁵⁷ NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional**, p. 269

⁵⁸ FONSECA, Alexandre Brasil. NOVAES, Regina. Juventudes brasileiras, religiões e religiosidades: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, p.167

Quadro VI - Distribuição dos jovens segundo atividade que mais gostam de fazer, fora de casa, por religião, Brasil, 2004

Qual atividade que mais gosta de fazer fora de casa	Religião					Total %
	Católica	Protestante	Espírita	Sem religião	Outras	
Ir a bares	8,6	4,6	14,7	11,7	10,9	8,3
Ir a festas	9,65	5,5	7,0	11,2	9,5	8,9
Dançar	10,2	4,7	14,7	11,2	6,7	9,1
Praticar esporte	12,5	11,7	4,9	11,7	13,7	12,3
Reunião com amigos	16,2	13,9	8,4	13,0	14,2	15,3
Ir à igreja	2,6	18,5	1,4	0,6	2,5	5,4
Outros	40,2	41,0	48,9	40,6	42,6	40,7
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

FONTE: Pesquisa Juventude, juventudes: o que une e o que separa, UNESCO, 2004.

Além de as igrejas representarem importantes espaços de lazer e socialização das juventudes evangélicas, elas também podem ser consideradas, em alguns casos, espaços de formação política e de mobilização. Trabalhando e desenvolvendo princípios como “justiça” e “misericórdia”, de acordo com Rubem Alves, “*Deus se torna o protesto e o poder dos oprimidos*”⁵⁹. A partir das comunidades eclesiais locais (e muitas vezes com o apoio delas), algumas organizações e movimentos juvenis protestantes vêm buscando se envolver nas discussões sobre políticas públicas de juventude e nos processos de construção da Política Nacional de Juventude.

Mais recentemente se pode destacar uma maior atenção e atuação nos temas das políticas públicas de juventude nas organizações religiosas. [...] Nas igrejas evangélicas essa preocupação é mais recente e pouco presente no dia-a-dia dos grupos de jovens das comunidades, tendo havido algumas iniciativas em organizações como o Movimento Evangélico Progressista, a Pastoral de Juventude do Conselho Latino-Americano de Igrejas e na ABUB. Já no interior das igrejas, destacam-se as discussões que têm sido promovidas no âmbito do Departamento Nacional para assuntos da Juventude da Igreja de Confissão Luterana do Brasil⁶⁰.

Apesar de ainda incipiente, a participação da juventude evangélica tem aumentado com o passar do tempo. Um exemplo dessa crescente participação é o envolvimento dos jovens

⁵⁹ ALVES, Rubem. **O suspiro dos oprimidos**, 1999, p.69

⁶⁰ FONSECA, Alexandre B. DANTAS, Elen L. Participação dos jovens cristãos na construção das políticas públicas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento**, 2007, p. 38

evangélicos na realização da **Primeira Conferência Nacional de Juventude** (27 a 30 de abril de 2008) que representa um grande marco e uma conquista das organizações e movimentos engajados na defesa dos direitos da juventude. O evento reuniu em Brasília mais de duas mil pessoas, procedentes de todas as partes do Brasil, representando, segundo Regina Novaes, a enorme diversidade juvenil e lançando luz sobre a multiplicidade de demandas construídas pelos jovens brasileiros. Sobre essa diversidade e a participação das juventudes religiosas na conferência, Novaes destaca:

Como a diversidade juvenil não se ancora apenas nas áreas de educação, trabalho e local de moradia, a Conferência também refletiu outros recortes relativos a crenças, identidades e adesões ideológicas. [...] Improvável também que antes tenha havido outra oportunidade para que jovens católicos, evangélicos (históricos e pentecostais), espíritas e das religiões afro-brasileiras pudessem identificar juntos os principais problemas, demandas e sonhos d juventude de hoje e, para além das questões de fé, encontrar pontos de convergência. Quem poderia imaginar ser possível que jovens católicos e evangélicos pudessem reconhecer a necessidade de aprofundar a discussão com jovens do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans-Sexos e Trans-Gêneros) sobre casamento de pessoas do mesmo sexo e, também, com jovens feministas que defendem a discriminação do aborto?⁶¹

Conforme mencionado, a conferência debateu temas bastante polêmicos. Os jovens delegados se dividiram em vinte e três grupos de trabalho para discutirem questões relativas à preservação do meio ambiente, educação, política e participação, segurança, saúde, trabalho, sexualidade, cultura, lazer, diversidade, etc. A partir dos debates, foram selecionadas, em votação, 22 prioridades para nortear as ações dos governos nas três esferas da administração pública.

As prioridades emergiram das lutas, vivências e experiências dos jovens participantes da conferência, mas também das propostas construídas entre setembro de 2007 a março de 2008 nos vários encontros, debates e conferências livres, municipais e estaduais de juventude que precederam à etapa nacional. Sob a orientação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, mais de 400 mil pessoas participaram deste amplo processo de discussões que durou cerca de oito meses. A juventude evangélica esteve presente em todas estas etapas e também na Primeira Conferência Nacional de Juventude.

⁶¹ ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**, p. 11-12.

Nos meses que antecederam a Conferência Nacional, a ABUB, a Rede Fale e jovens de diferentes denominações organizaram conferências livres em vários estados do Brasil e reuniram mais de mil e quinhentos jovens evangélicos. No “Manual de Orientação ao Participante”, da Conferência Nacional de Juventude, são destacadas algumas organizações que encaminharam propostas para serem debatidas e votadas em Brasília. Dentre os movimentos e organizações evangélicas, destacamos: 1ª Igreja Batista de Corumbá (MS), 3ª Igreja Batista de Corumbá (MS), ABU de Vitória (ES), ABU Fortaleza (CE), Igreja Monte Sião em Corumbá (MS), Koinonia Presença Ecumênica e Serviço em Niterói (RJ), Igreja Presbiteriana Unida, no Rio de Janeiro (RJ), Igreja Metodista do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ), Koinonia Presença e Serviço em Salvador (BA), Rede Fale no Rio de Janeiro (RJ), Igreja Peniel em Corumbá (MS), Rede Fale em Marabá (PA), ABU em Conferência Indígena de Aracruz (ES), Instituto Portas Abertas em Aracruz (ES) e Rede Fale em Natal (RN), etc. Além das entidades mencionadas neste documento, poderíamos apontar muitas outras que também participaram deste processo.

Durante a Conferência Nacional, conforme mencionamos no início deste trabalho, foi realizada uma ampla pesquisa, coordenada pelas pesquisadoras Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay, com o objetivo de identificar o perfil dos jovens presentes e suas principais demandas. Além da aplicação de questionários, foram realizados 30 grupos focais⁶². A seguir destacaremos as informações levantadas nesta pesquisa referentes ao perfil religioso dos participantes e relativas à participação evangélica.

⁶² 1. Central Única das Favelas (CUFA), 2. Central Única dos Trabalhadores (CUT), 3. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), 4. Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Brasil (FETRAF), 5. Força Sindical, 6. Gestores Estaduais (dois grupos), 7. Gestores Municipais, 8. LGBT, 9. Imprensa Jovem (Grpo Viração), 10. Jovens Ambientalistas, 11. Jovens com Deficiência, 12. Jovens de Comunidades de Terreiro, 13. Jovens Evangélicos, 14. Jovens Feministas, 15. Jovens Indígenas, 16. Jovens Quilombolas, 17. Juventude Cigana, 18. Juventude do PMDB, 19. Juventude do PSDB, 20. Juventude do PT – JPT, 21. Juventude Socialista Brasileira – JSB, 22. Movimento Hip-Hop, 23. Movimento Negro, 24. Pastoral da Juventude, 25. Projovem, 26. Redes, 27. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, 28. União da Juventude Socialista – UJS, 29. União Nacional dos Estudantes – UNE.

QUARTO CAPÍTULO

A Juventude Evangélica na I Conferência Nacional de Juventude e a participação da ABUB no Conselho Nacional de Juventude

Quanto à distribuição dos participantes da Conferência, por religião, os dados revelam que 13,2% se identificaram como “evangélicos” – percentual menor do que os apresentados nas pesquisas mencionadas até aqui – contudo, é importante ressaltar que outros jovens presentes na conferência assinalaram, nos formulários entregues, as opções “protestante” (1,6%), “batista/metodista/presbiteriano” (1,0%) e “pentecostal” (0,3%), perfazendo, junto com os “evangélicos”, um total de 16,1%, índice maior do que o inicialmente identificado. Quanto à instituição religiosa a que pertencem, 17,8% dos jovens indicaram a alternativa “evangélica”, 4,4% “batista”, 1,8% “presbiteriana” e 1,3% “protestante”.

Na questão, presente no formulário, “*Em que campo da juventude você participa?*”, a opção “Religioso” ficou em sétimo lugar, dentre as vinte possibilidades de identificação apresentadas, com 16,7% das respostas. À frente deste campo, encontravam-se: (1º) direito dos jovens em geral, (2º) educação, (3º) direito dos estudantes, (4º) cultural, (5º) trabalho comunitário e (6º) ambientalista. Estes índices expressam a significativa presença dos jovens estudantes e militantes na área da educação (com 40,1% e 36,6%, respectivamente) na Conferência Nacional de Juventude. Importa esclarecer que, nesta questão, os jovens poderiam assinalar mais de uma opção, possibilitando a expressão de suas múltiplas possibilidades de engajamento.

No grupo focal com Jovens Evangélicos, foram entrevistados membros da ABUB, Movimento Luterano e Igrejas Cristãs. A pesquisa identificou que o tema participação foi anunciado, espontaneamente, no discurso dos protestantes. Alguns apontaram para a falta de participação dos jovens em geral: [...] *A grande maioria da juventude hoje não está mobilizada, apesar de, esporadicamente participar de algum movimento, inclusive nas igrejas evangélicas*⁶³, enquanto outros atribuíram esta crítica a representações estereotipadas

⁶³ ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**, p.114

da “participação política” (baseadas na atuação dos movimentos juvenis da década de 1960) que desconsideram os novos arranjos e formatos da contemporaneidade:

Um dos grandes problemas com relação aos jovens em nosso país hoje é aquela questão do passado, de uma inverdade: “Ah, porque na década da ditadura aqueles jovens se articulavam, eles se mobilizavam.” Um dos grandes problemas no país em relação aos jovens é um pouco do descrédito dessa geração de hoje. Não é uma verdade, nós estamos nos organizando diante de tantas dificuldades que existem no Brasil, são várias juventudes, vários objetivos e interesses⁶⁴.

Quanto à discussão sobre a participação da juventude evangélica, houve consenso entre os jovens presentes de que eles estariam mobilizados em torno de questões como “justiça social”, mas que lhes faltaria visibilidade e mais pró-atividade, em comparação à participação dos jovens da Pastoral da Juventude, especialmente na área das políticas públicas de juventude.

Nesta conferência, temos participação expressiva, estamos 70 a 80 jovens evangélicos. A grande diferença nossa da Pastoral da Juventude, por exemplo, é que embora nós consigamos mobilizar mais jovens, nós não conseguimos nos organizar da mesma maneira, com a mesma estruturação e pensamento político. Então, por exemplo, quem mobiliza hoje 10, 20, 30 mil jovens em um evento? Poucos movimentos conseguem fazer isso. Os evangélicos conseguem. Eles têm grupos de 200, 300 jovens. Às vezes tem 4,5 mil pessoas das quais dois terços são jovens. A grande diferença nossa é que a gente não tem se organizado da mesma maneira, com o mesmo nível de mobilização de outras organizações, mobilizamos muita gente, muitos jovens, mas a nossa participação não tem sido formatada tanto para o debate de políticas de juventude.⁶⁵

O grupo focal da Pastoral da Juventude, ao ser provocado pelos pesquisadores em relação ao tema do “crescimento” e do suposto “potencial mobilizador” da juventude evangélica, argumentou que o movimento evangélico “[...] cresce em massa, mas em conteúdo continua vazio. Então a PJ é da seguinte ordem, nós podemos ser poucos, mas somos poucos de qualidade divulgada.”⁶⁶

É interessante notar que os discursos dos jovens evangélicos demonstram que eles estão cientes das críticas que recebem quanto à despolitização de muitas de suas organizações. Sendo assim, por diversas vezes, eles se colocam numa posição mais defensiva e buscam

⁶⁴ Ibidem, p.114

⁶⁵ Ibidem, p.115

⁶⁶ Ibidem, p. 113

reafirmar sua “capacidade de mobilização”, se apresentando como uma juventude expressiva e mobilizada. Quando um jovem evangélico falou sobre a não-participação, outro do grupo se apressou a estender o problema “a todos os jovens em geral” (não apenas aos evangélicos) e sugeriu que esta percepção do declínio da participação está ligada a uma noção “ultrapassada da política”. Contudo, os protestantes também admitiram que, a despeito do “poder mobilizador” dos evangélicos, ainda lhes falta avançar no conteúdo dos debates políticos propriamente ditos.

Quanto às percepções sobre as igrejas, os jovens evangélicos ressaltam o importante papel que, nas diferentes denominações protestantes, a juventude exerce e o espaço de destaque que os jovens ocupam (através dos grupos juvenis, mocidades, etc.), principalmente nas atividades culturais (grupos de música, teatro, dança). As falas dos jovens também revelam suas expectativas de que o “protagonismo juvenil” nas igrejas ganhe contornos mais políticos.

[...] então eu acho que a minha expectativa em relação às políticas públicas federais de juventude é que dentro das igrejas elas cumpram uma função de mobilização, de conscientização, de politização do jovem, ser sujeito de direitos, ser protagonista, então eu acho que a gente teria que pensar por aí como que esse processo todo pode gerar um efeito em longo prazo, mas no sentido de uma mobilização maior a partir das igrejas e dos espaços que a juventude tem nesse ambiente.⁶⁷

Os jovens evangélicos reconhecem que é necessário levar as discussões sobre as políticas de juventude para dentro das igrejas e qualificar os debates e discussões, mas não deixam de fazer algumas ressalvas relativas ao histórico da participação política protestante no Brasil.

[...] Diversos jovens evangélicos, líderes de juventude evangélica, foram perseguidos em momentos históricos da juventude evangélica como mobilizador, como agente social foi interrompido. Nós tivemos, inclusive, em 1963 uma Conferência no Nordeste, se não me engano, reuniu diversos grupos, abriu caminho para um movimento nacional que estava seguindo de vento em popa para que a juventude evangélica fizesse diferença na sociedade e isso foi interrompido durante a ditadura, porque esses movimentos foram perseguidos, as igrejas fechadas. [...] então houve uma trajetória histórica da igreja evangélica interrompida pelo Estado. Creio o seguinte: sem saudosismo, sem questão de “ah, mas temos que ter uma compensação nesse sentido”, é pelo tempo de hoje que o Estado tem uma obrigação de caminhar junto com as igrejas, não pela dívida que tem, mas porque as igrejas têm uma capacidade já comprovada na história de mobilização e que hoje seria muito maior se não tivesse sido interrompida.⁶⁸

⁶⁷ Ibidem, p. 115

⁶⁸ Ibidem, p.116

Segundo Rubem Alves, durante as décadas de 1960 e 1970, os movimentos leigos católicos e protestantes “fugiram do controle eclesial e ganharam uma dinâmica própria. [...] Interessava-lhes participar nos processos políticos da sociedade, com o propósito de torná-la mais justa, humana e livre.”⁶⁹ Esta situação gerou as conseqüências mencionadas na fala do jovem evangélico (reproduzida acima) e ainda uma “caça às bruxas” dentro das próprias igrejas protestantes.

A violência dos mecanismos eclesiais contra esta nova direção, entretanto, chegou em certos casos a assumir a forma de uma verdadeira inquisição. Permanecer nas Igrejas se tornou uma opção extremamente dolorosa. Assim, muitos padres e pastores simplesmente abandonaram sua posição clerical e buscaram um lugar na vida universitária onde parecia haver mais liberdade.⁷⁰

Sem dúvidas, estes acontecimentos impactaram fortemente as denominações evangélicas que, ainda hoje, enfrentam as conseqüências da perseguição sofrida dentro e fora da igreja. Felizmente, o crescente envolvimento político dos jovens evangélicos aponta para possibilidades de reversão do quadro de desmobilização, autoritarismo e isolacionismo. Mas ainda há um longo caminho a percorrer.

Conforme observamos nas pesquisas aqui apresentadas, grande parte dos evangélicos assume uma postura de “distanciamento” daqueles que possuem outros pertencimentos religiosos e têm dificuldades de dialogar com outros segmentos. Esta atitude foi rechaçada pelos jovens evangélicos participantes da Conferência Nacional de Juventude que também apresentaram críticas a outras organizações e movimentos que não dialogam:

*A juventude, de fato, é plural. O grande problema com a juventude hoje pelo fato de ela ser plural, é se viver dentro de nossas tribos, tribos religiosas e que não conseguem dialogar na sociedade. As outras tribos também têm dificuldade de se relacionar e entender as demandas das outras juventudes que existem no Brasil. O grande problema não é apenas a questão da desmobilização, mas também daqueles que tem uma bandeira, mas que são tão focados em sua bandeira que não são capazes de perceber a existência das outras bandeiras e que estão aí e que se interligam. Não conseguir fazer essa ponte que é fundamental.*⁷¹

⁶⁹ ALVES, Rubem. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulus, 1999, p. 128

⁷⁰ Ibidem, p.131

⁷¹ ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**, p.116

O reconhecimento da necessidade de dialogar com outros grupos sociais e com o poder público representa um grande avanço entre os movimentos juvenis evangélicos. A importância eles têm conferido ao engajamento na construção das políticas públicas de juventude demonstra o compromisso que os jovens protestantes têm assumido nas lutas em favor da ruptura do ciclo da pobreza, da desigualdade social e da exclusão em nosso país.

Em 2005, ano em que foram criados o Conselho e a Secretaria Nacional de Juventude, os jovens evangélicos estiveram representados no CONJUVE por duas organizações que conquistaram titularidade e suplência em uma das cadeiras destinadas às “entidades que atuam na defesa e promoção dos direitos da juventude”. A vaga era ocupada pelo Movimento Evangélico Progressista (MEP) e pela Pastoral da Juventude do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI).

Na gestão 2008/2009, a juventude evangélica foi representada por três organizações protestantes: a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB) e a JOCUM (Jovens Com Uma Missão) – na categoria de “movimentos religiosos de atuação nacional” – e a Rede Fale, na categoria de “redes juvenis”. Na atual gestão (2010/2011), a ABUB e a Rede Fale foram reeleitas e duas novas organizações se elegeram: a Junta da Mocidade da Convenção Batista Brasileira (JUMOC) e a Rede Ecumênica de Juventude (REJU).

Como podemos observar, a juventude evangélica tem procurado não apenas se envolver nos debates sobre os direitos dos jovens no Brasil, mas também vem ocupando espaços importantes de representação política em conselhos, fóruns e organismos específicos de juventude com o intuito de incidir diretamente sobre os processos de formulação, acompanhamento e fiscalização da execução das políticas de juventude no país. Atuação que é, em grande medida, desconhecida e que, segundo Alexandre Fonseca e Elen Dantas, *“precisa ser constantemente lembrada e afirmada como importante referência para o engajamento e a participação social dos jovens e das jovens que participam dos grupos religiosos.”*⁷²

⁷² FONSECA, Alexandre B. DANTAS, Elen L. Participação dos jovens cristãos na construção das políticas públicas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento**, 2007, p.39

Com o objetivo de dar visibilidade à atuação ainda pouco conhecida da juventude evangélica, apresentaremos seguir um breve relato sobre o envolvimento da ABUB nas lutas em torno da defesa dos direitos dos jovens no Brasil.

A **Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB)** é um movimento sem fins lucrativos formado por estudantes evangélicos de diferentes denominações que se reúnem periodicamente nas universidades e faculdades públicas e privadas do Brasil para, à luz da Bíblia e dos ensinamentos de Cristo, promover debates e discussões acerca de questões tão diversas quanto espiritualidade, oração, responsabilidade social, meio ambiente, cidadania, violência, política, etc. Na ABUB, os jovens também são estimulados a desenvolver atividades, projetos e ações sociais com o objetivo de servir, prestar assistência e auxílio a outros estudantes, independentemente da filiação religiosa.

Os grupos de estudos bíblicos organizados pelos ABUenses constituem a base de todo o trabalho desenvolvido pelo movimento. Neles, temas relevantes como, por exemplo, a discriminação de gênero ou o cuidado e preservação do meio ambiente, são avaliados e discutidos a partir da leitura de textos bíblicos. Os estudantes reúnem-se, em geral, semanalmente para refletir sobre as questões em debate e, em muitos casos, tais discussões resultam em ações concretas e projetos sociais construídos pelos próprios ABUenses e implementados em diversos lugares do país.

Os treinamentos, oficinas e encontros de capacitação organizados pelo movimento possibilitam o contato e a troca de experiências entre os estudantes, especialmente aqueles realizados em nível nacional e internacional, e visam muni-los de ferramentas e instrumentos que facilitem a compreensão dos textos bíblicos e favoreçam o diálogo e a comunicação entre os universitários cristãos e seus colegas de academia.

Tendo surgido em 1957, a ABUB está hoje presente em cerca de cem cidades em todos os estados da federação e é filiada à Comunidade Internacional dos Estudantes Evangélicos (CIEE) que congrega movimentos semelhantes por todo o mundo em mais de 160 países. No Brasil, a Aliança Bíblica Universitária está dividida, geograficamente, em seis macro-regiões: ABU Norte (Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão e Piauí) ABU Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), ABU Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso, Tocantins, Goiás e Minas Gerais), ABU

Leste (Espírito Santo e Rio de Janeiro), ABU São Paulo (Mato Grosso do Sul e São Paulo) e ABU Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Conforme consta em Ata da Assembléia Geral Ordinária do Congresso Nacional da ABUB, datada de 08 de janeiro de 2006, existem, pelo menos, oitenta e um grupos locais distribuídos pelo país e filiados ao movimento nacional. No referido Congresso, assinaram a lista de presença os delegados de cinquenta e sete grupos que atestam a representatividade da Aliança Bíblica Universitária no Brasil.⁷³

No próximo Congresso Nacional da ABUB, que será realizado em julho de 2010 em Belo Horizonte (MG), serão identificadas e definidas as diretrizes e prioridades de ação do movimento para a próxima década (2010-2020) e, neste encontro, será possível avaliar com maior precisão o desenvolvimento e o crescimento dos grupos de ABU nas diferentes regiões do país.

Ao longo de mais de 50 anos, tem sido uma marca da Aliança Bíblica Universitária do Brasil o investimento na formação do jovem, abrangendo as esferas que dizem respeito à sua espiritualidade, ao seu envolvimento com a sociedade e a esfera pública, e à sua responsabilidade social, política e ambiental como cidadão. É interessante observar que o movimento tem contribuído para a formação de profissionais conscientes de seu papel na construção de uma realidade mais justa e tem fomentado, nos jovens que passam por suas instâncias de capacitação e formação, um espírito sensível ao engajamento e às questões de sua época. Isso se comprova no envolvimento da ABUB nos debates sobre as políticas públicas de juventude.

⁷³ São eles: ABU Ponta Grossa (PR); ABU Curitiba (PR); ABU Blumenau (PR); ABU Londrina (PR); ABU Itajaí (SC); ABU Joinville (SC); ABU Botucatu (SP); ABU Campinas (SP); ABU Piracicaba (SP); ABU S. José dos Campos (SP); ABU Rio Claro (SP); ABU Franca (SP); ABU Bauru (SP); ABU Ribeirão Preto (SP); ABU São Carlos (SP); ABP São Carlos (SP); ABU Araraquara (SP); ABU São Paulo (SP); ABU Vitória (ES); ABS Rio (RJ); ABU São Gonçalo (RJ); ABU Rio (RJ); ABU Seropédica (RJ); ABU Niterói (RJ); ABP Niterói (RJ); ABS Niterói (RJ); ABU Goiânia (GO); ABU Pouso Alegre (MG); ABU Caratinga (MG); ABU Vale da Eletrônica (MG); ABU Montes Claros (MG); ABU Juiz de Fora (MG); ABU Belo Horizonte (MG); ABP Belo Horizonte (MG); ABS Belo Horizonte (MG); ABU Alfenas (MG); ABU Viçosa (MG); ABU Gov. Valadares (MG); ABU Lavras (MG); ABU Vale do Aço (MG); ABU Ouro Preto (MG); ABU Cuiabá (MT); ABU Fortaleza (CE); ABU Sobral (CE); ABU Natal (RN); ABS Mossoró (RN); ABU Recife (PE); ABU João Pessoa (PB); ABU Aracaju (SE); ABU Maceio (AL); ABU Feira de Santana (BA); ABU Salvado (BA); ABU Alagoinhas (BA); ABU Itaberaba (BA); ABU Marabá (PA); ABU São Luiz (MA); ABU Manaus (AM).

A aproximação da ABUB das discussões sobre os direitos dos jovens brasileiros e sobre a construção de políticas de juventude ganhou impulso a partir do ano de 2007, quando jovens ABUenses participaram do I Seminário Evangélico de Políticas Públicas de Juventude, realizado em Brasília entre os dias 14 e 16 de setembro. O evento contou com a participação do Secretário Executivo do CONJUVE, José Eduardo Andrade, com a presença do então conselheiro Alexandre Brasil, além de cerca de trinta lideranças juvenis de organizações, denominações e movimentos evangélicos. Na ocasião, foram apresentadas as ações da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude e divulgado o processo de organização da Primeira Conferência Nacional de Juventude. Entre os principais desdobramentos do seminário, podemos destacar a participação dos jovens evangélicos nas etapas estaduais e municipais da conferência nacional e a inscrição de alguns movimentos e organizações protestantes no processo eleitoral do CONJUVE (dezembro de 2007).

Na primeira gestão do conselho (2006/2007), a representação da sociedade civil havia sido definida por meio de indicação. A partir de dezembro de 2007, ela passou a ser realizada através de processo eleitoral. Naquele ano, conforme mencionamos, a ABUB se inscreveu como candidata a uma vaga e conquistou as cadeiras de titular e suplente.

Diante da necessidade de dialogar diretamente com o poder público e com diversos segmentos juvenis, o movimento aprofundou as discussões sobre PPJ's em suas instâncias de capacitação e os estudantes se envolveram ativamente na organização de conferências de juventude em seus estados, municípios e participaram do processo de construção e realização da Primeira Conferência Nacional de Juventude. Ao final deste trabalho, apontamos algumas iniciativas/atividades desenvolvidas pela ABUB, com o intuito de fomentar os debates e estimular a participação na área das PPJ's, ao longo dos dois últimos anos.⁷⁴

⁷⁴ Ver anexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo das Ciências Sociais não é aferir o valor teológico das religiões e sim compreender os efeitos sociais do pertencimento religioso. Para tanto, é preciso analisar as representações sociais e práticas religiosas inseridas em situações concretas, é preciso comparar trajetórias de adeptos de religiões diferentes que vivem semelhantes condições de vida.⁷⁵

Neste trabalho, buscamos demonstrar que a questão da religiosidade é um tema que permeia a vida de muitos jovens brasileiros e influencia seus valores, práticas, ações e relações sociais. Procuramos explorar as imbricações entre participação política e pertencimento religioso e lançar luz sobre as diferentes maneiras como os jovens enfrentam seus problemas e fazem renascer a esperança e o sentido de suas vidas.

Selecionando e analisando alguns dos dados e informações mais recentes sobre os contornos da identidade religiosa assumida pelos jovens no Brasil, buscamos identificar os elos entre os pertencimentos e as posturas políticas assumidas, principalmente pelos jovens evangélicos, nos processos de discussão e construção das políticas de juventude e destacamos algumas iniciativas desenvolvidas.

Pudemos observar, através da análise dos dados e dos discursos dos jovens evangélicos, que os protestantes têm buscado, cada vez mais, se engajar nos movimentos juvenis e se aproximar dos debates sobre as políticas de juventude. Ao contrário do que os estereótipos insinuam, os evangélicos não têm se mostrado “indiferentes” ou “alienados” diante da situação vivenciada pelos mais de 50 milhões de jovens brasileiros, mas vêm, a cada dia, intensificando suas mobilizações, buscando caminhos para melhor se organizarem e investindo em meios de qualificar seus debates internos.

É importante lembrar que, na área das políticas públicas de juventude, os evangélicos se mostraram tão atuantes quanto quaisquer outros segmentos juvenis militantes, estando presentes desde o princípio do processo de institucionalização da política nacional de juventude, quando foram convidados para compor o Conselho Nacional de Juventude na primeira gestão deste órgão.

⁷⁵ NOVAES, Regina. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In: VALLA, Victor Vicent. **Religião e Cultura Popular**. (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.73

Nos últimos cinco anos (2005-2010), os evangélicos conseguiram eleger sete diferentes organizações⁷⁶ para representarem suas juventudes e vêm buscando construir novas parcerias e se articular com diferentes organizações – cristãs e não cristãs – em prol da defesa dos direitos de todos os jovens brasileiros, independentemente de crença, cor, gênero, classe, orientação sexual ou qualquer outro traço/elemento que os diferencie.

Ao agirem desta maneira, os jovens evangélicos ajudam a derrubar muros, desconstruir representações pejorativas (de ambos os lados), desnaturalizar preconceitos arraigados na sociedade e promover novos diálogos que ultrapassam as paredes das igrejas e dos templos.

Esperamos que este estudo preliminar sirva como registro da participação juvenil evangélica e como uma modesta contribuição para o aprofundamento das análises sobre as relações entre participação política e identificação religiosa. Como bem nos lembram Regina Novaes e Alexandre Fonseca, o grande desafio será sempre o de *“não desconsiderar essa importante dimensão da vida dos jovens, mas também não tratá-la isoladamente como se as religiões e religiosidades não estivessem no mundo, sempre grávidas de historicidade.”*⁷⁷

⁷⁶ A saber: Movimento Evangélico Progressista, Pastoral da Juventude do Conselho Latino-Americano de Igrejas, Aliança Bíblica Universitária do Brasil, Rede Fale, Jovens Com Uma Missão, Junta da Mocidade da Convenção Batista Brasileira e Rede Ecumênica de Juventude.

⁷⁷ NOVAES, Regina. FONSECA, Alexandre B. Juventudes brasileiras, religiões e religiosidades: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane R. ESTEVES, Luiz Carlos G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**, p.170

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: RITLA, 2009.

ALVES, Rubem. O que é religião. In: ALVES, Rubem. ARNS, Paulo Evaristo. ROCHA, Everaldo P. G. **O que é religião, igreja e mito. Coleção Primeiros Passos.** São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

_____. **O suspiro dos oprimidos.** São Paulo: Paulus, 1999.

AVRITZER, Leonardo. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático.** Disponível em: [HTTP://www.eurozine.com](http://www.eurozine.com)

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública.** Lua Nova, São Paulo, v 49: 25-46, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão. AQUINO, Luseni. (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2008.

CASTRO, Mary G. VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estudos Avançados, 11(5), 1991.

CUNNINGHAM, Wendy. (coord.). **Jovens em situação de risco no Brasil. Documento do Banco Mundial.** Brasília: Banco Mundial, 2007.

FONSECA, Alexandre B. DANTAS, Elen L. Participação dos jovens cristãos na construção das políticas públicas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007.** Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friederich Ebert; Ação Educativa, 2007.

FONSECA, Alexandre Brasil. NOVAES, Regina. Juventudes brasileiras, religiões e religiosidades: uma primeira aproximação. In: ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a**

diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.

FREITAS, Maria Virgínia de. (org.). **Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento – agosto de 2005 a março de 2007.** Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE, Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

GOHN, Maria da G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

IÑIGUEZ, Lupicinio. Prática da análise do discurso. In: IÑIGUEZ, Lupicinio. (coord.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais.** Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004.

NOVAES, R. C. e MELLO, C.C., Jovens do Rio: Circuitos, crenças e acessos. **Comunicações do ISER**, n. 57, 2002.

NOVAES, Regina. CARA, Daniel T. SILVA, Danilo M. PAPA, Fernanda de C. (orgs.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas.** São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friederich Ebert, 2006.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira – análise de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

NOVAES, Regina. Pentecostalismo, política, mídia e favela. In: VALLA, Victor Vicent. **Religião e Cultura Popular.** (org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOVAES, Regina. RIBEIRO, Eliane. LÂNES, Patrícia. **O que querem os(as) jovens da América do Sul? Caminhos a percorrer.** Caderno da Pesquisa Juventudes Sul-Americanas: Diálogos para a construção da democracia regional, IBASE/PÒLIS, junho de 2009.

NOVAES, Regina. SEGOVIA, Diego. RIBEIRO, Eliane. **Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes.** São Paulo: Instituto Pólis e Ibase, 2009.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Pesquisa. **Perfil da Juventude Brasileira.** Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, 2005.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso.** 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

ANEXO

Atividades desenvolvidas pela ABUB na área de políticas públicas de juventude

Conferências Livres

Em consonância com as mobilizações juvenis em torno da construção da Primeira Conferência Nacional de Juventude, a ABUB organizou (ou apoiou a realização de) diversas conferências livres que aconteceram em oito cidades das regiões norte, nordeste e sudeste do Brasil.

- **Conferência Livre** realizada nos dias 14 e 15 de janeiro de 2008 na Serra/ES durante o encontro nacional da ABUB – Instituto de Preparação de Líderes (IPL) – que contou com a presença de cerca de 45 estudantes. Foram discutidos três temas: educação, família e meio ambiente.

- Primeira **Conferência Livre** da Juventude Evangélica do Espírito Santo realizada em 23 de fevereiro de 2008 na Faculdade Faesa, em Vitória/ES, organizada pela ABUB em parceria com a Rede Fale, Mundo Jovem Cidadão e Instituto Portas Abertas. Estiveram presentes aproximadamente 50 jovens. Foram discutidos os temas sexualidade, educação e cultura.

- **Conferência Livre** realizada em 1º de março de 2008 na Igreja Batista de Itacuruça, no Rio de Janeiro/RJ. Estiveram presentes cerca de 40 jovens da ABUB, Rede Fale e Ação Jovem.

- **Conferências Livres** realizadas na Primeira Igreja Batista de Vitória (16 de março de 2008) e na Igreja Presbiteriana de São Pedro, Vitória/ES (29 de março de 2008).

- Apoio à realização da Primeira **Conferência Livre** da Juventude Indígena do Espírito Santo na Aldeia Pau-Brasil, Aracruz/ES, em 29 de março de 2008. Foi firmada uma parceria com o Instituto Portas Abertas. Estiveram presentes por volta de 80 jovens.

- Outras conferências realizadas em parceria com a Rede Fale: **Conferência Livre** em Fortaleza/CE; Rio de Janeiro/RJ; Marabá/PA e Natal/RN.

Participação nas Conferências municipais, estaduais e Conferência Nacional de Juventude

Os jovens da ABUB participaram de todas as etapas de construção da Primeira Conferência Nacional de Juventude e conseguiram eleger delegados para a etapa nacional. Durante a Conferência Nacional de Juventude, os conselheiros nacionais da ABUB, Rede Fale e Jocum (Jovens Com Uma Missão) realizaram um encontro com os jovens evangélicos que reuniu cerca de 70 pessoas.

Organização do Segundo Seminário Evangélico de Políticas Públicas de Juventude

Realizado entre os dias 29 e 31 de agosto de 2008, em São Paulo, o encontro reuniu cerca de 40 jovens de diferentes regiões do país e teve como principal objetivo dar continuidade ao processo de mobilização da juventude evangélica em torno das discussões sobre PPJ's. No evento, foram apresentadas as principais ações desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Juventude, debatidas as resoluções da Primeira Conferência Nacional de Juventude e divulgado o Pacto pela Juventude. Destacamos a participação no evento da então vice-presidente do CONJUVE, Maria Virgínia de Freitas, que contribuiu muito para o enriquecimento dos debates e forneceu informações importantes que embasaram as discussões. Ao final do encontro, os jovens participantes elaboraram um documento de apoio ao Pacto pela Juventude.

Oficinas e palestras oferecidas sobre a temática:

- **Oficina sobre Juventude e Políticas Públicas:** 15 de novembro de 2008, em Vitória/ES.

- **Oficina sobre a Participação Política da Juventude Evangélica:** 08 de novembro de 2008 em Vila Velha/ES.

- **Palestra sobre a responsabilidade política e social dos evangélicos realizada durante o Curso de Férias da Região Leste (ES e RJ),** 28 de julho de 2008.

Participação no Primeiro Encontro Nacional de Conselhos de Juventude: “Fortalecendo Diálogos”

A ABUB esteve presente neste evento, através de sua representante no CONJUVE e na Comissão de Articulação e Diálogo com a Sociedade Civil, e de outros ABUenses participantes de conselhos municipais de juventude.

Participação da ABUB em duas etapas (nacional e regional) da pesquisa Juventudes Sul-Americanas: Diálogos para a construção da democracia Regional

Como demonstração do reconhecimento que a ABUB vem adquirindo enquanto organização comprometida com a temática das políticas públicas de juventude, podemos citar o convite recebido pelo movimento para participar em 2009 – através de sua representante no Conselho Nacional de Juventude – de duas etapas (nacional e regional) da pesquisa “**Juventudes Sul-Americanas: Diálogos para a Construção da Democracia Regional**”, coordenada no Brasil pelo Instituto Pólis e pelo IBASE. O trabalho também foi desenvolvido em outros cinco países (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia) por uma expressiva rede de instituições de pesquisa com longa tradição em estudos sobre juventude na América do Sul.